

ESTADO DE SÃO PAULO

ISTVAN KAROLY KASZNAR

Renegociação global da dívida dos Estados

Um conjunto claro e firme de medidas se faz necessário para que se efetivem os significativos esforços da sociedade brasileira no sentido de equilibrar as contas públicas. São medidas de alcance estratégico, com vistas à estabilização da economia e ao fim do continuado pesadelo da exploração das contas públicas internas. De nada adianta equilibrar as contas federais, se as contas regionais e microrregionais, estaduais e municipais, respectivamente, continuam gerando frutos deficitários.

Os jovens já estão fartos de ver seu futuro sendo hipotecado a esmo

Tampouco será meritória a consolidação das dívidas dos Estados, se estes apenas fizerem um formidável repasse de suas dívidas, formando um condomínio de passivos a ser administrado pela Federação, cujo ônus recai sobre o bolso combatido do cidadão comum.

De 1988 para cá, Estados e municípios foram agraciados com uma formidável massa de recursos financeiros. A Constituinte de 1988 beneficiou-os assimetricamente. Receberam receitas demais. Foram convidados, em contrapartida, a assumir despesas de menos. Inventivos, os governos do período 1988/94 souberam como gastar. Contrataram levas de serviços e funcionários, de necessidade duvidosa nas estruturas públicas terceirizáveis dos tempos modernos. Investiram em projetos sociais justos de maturidade longa, sem retorno de curto prazo. Despenderam em salários crescentes, liberaram anuênios, por lei.

Empenharam, assim, o orçamento em custeio salarial. E foi o que se viu: a quebra das finanças de 17 Estados, num movimento agravado pela permanente elevação das taxas de juro reais no período, que serviram de garrote vil, sufocando a melhor das finanças.

É de esperar que a democratização faça amadurecer — como aparentemente já o faz — os administradores públicos, simbolizados na gestão estadual pelos srs. governadores. Cabe a eles, em última instância, se tornar homens de decisão em busca de desenvolvimento estadual auto-sustentável. Que seja este de alta produtividade, justificando investimento comunitário e a favor da iniciativa privada. Sem desmandos nem perdas de eficiência do capital. Que sejam capazes de estimular o desenvolvi-

mento futuro, estimulando as atividades pró-ativa e integradamente, num perfil afinado com a seqüencialidade demandada pelo planejamento governamental, pelas finanças públicas e pelas políticas públicas estaduais.

O atual processo de consolidação das dívidas estaduais, calculadas em torno de R\$ 79 bilhões, que serão absorvidos pelo governo federal, diante do atendimento de razoavelmente severas regras de participação estadual, deveria ser do tipo "once and for all". Isto é, não se deveria repetir nunca

mais. Caso contrário, seria um estímulo para novos desmandos e desequilíbrios, caros demais de eliminar, ajustar e gerenciar. Até porque as postergações de dívidas mobiliárias estaduais, tais como as federais, implicam o pagamento desses passivos pelas gerações futuras. E os jovens brasileiros, aqueles que serão a geração dos contribuintes dos anos 2010 e 2020, já estão fartos de ver seu futuro ser hipotecado a esmo.

Não bastasse o desemprego estrutural crescente, a falta de oportunidades maciças para a obtenção de cargos altamente produtivos de tecnologias empresariais de ponta, a juventude atual vê seu futuro inexoravelmente endividado. Afinal de contas, além desta reprogramação de passivos, em âmbito nacional, vimos a dívida ex-

terna ser congelada em maio de 1994 e a ser paga em suaves prestações até o ano 2023.

Eis porque acreditamos que o equacionamento da dívida estadual esteja passando por diversas fases e decisões ainda insuficientemente esclarecidas à sociedade. Tanto pelos poderes públicos federais quanto estaduais, que estão em vias de negociação.

Sugerimos algumas medidas vitais, de alto alcance estratégico, típico de um conjunto variado, independentemente de ordem de implementação, de ações e questões a desenvolver, no processo de consolidação das dívidas estaduais. Com elas visamos contribuir para o importante e construtivo processo de atividades que se estão moldando neste momento crítico, inclusive em função do encontro de governadores em Vitória do Espírito Santo e em São Paulo, recentemente.

Precisamos repensar interativamente os Estados, somados. Eles fazem o Brasil. Para isso é necessário fixar as formas de premiação e facilitação de negócios e acesso a fontes de crédito para os Estados bons pagadores, equilibrados, passados, presentes e futuros; ajustar as contribuições ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios também pelo critério de "Estados sadios", de firme gestão financeira, geradores de superávits, de modo a terem acesso a mais fundos e menos transferências; e estudar o caso dos devedores crônicos, deficitários por natureza,

para elaborar para eles um plano especial de emergência fiscal estadual, que em prazo previsível dimensionaria o tamanho ótimo dos gastos públicos estaduais, ante a capacidade de arrecadação de longo prazo.

Também é preciso criar planos de desenvolvimento e de governo estaduais dimensionados para o equilíbrio de curto, médio e longo prazos, com transparência das informações para o grande público e plena visibilidade dos Tribunais de Contas estaduais; criar uma auditoria de contas permanente, regular e devassável, num sistema de escolhas rotativas das companhias de auditoria; e incentivar a criação de controladorias estaduais, diretamente ligadas aos governadores e com alta comunicação com a Secretaria do Tesouro, no nível federal.

Os Estados necessitam ainda de uma rede nacional, de forma integrada, sintonizada em todos. Um sistema de análise de desempenho de todas e de cada uma das empresas públicas estaduais. Criar a comparabilidade nos serviços de utilidade pública — eletricidade, gás, telefonia, segurança, etc. — e no que for possível, como no caso da educação. E cobrar caro pelos desmandos.

Por fim, é saudável que tenham ocorrido encontros intergovernos estaduais com ou sem dívidas a serem manobradas. A comunicação é fundamental para sanear e dinamizar sempre uma economia — isso é condição sine qua non de estímulo para uma jovem democracia — e buscar, nesse sentido, um mapa de investimentos diferenciados por Estados, que aproveite suas vocações, potencialidades e sagacidades empresariais. E, last but not least, num processo de sugestões que não se esgotaria por aqui.

Novos financiamentos, repasses, empréstimos, transferências, doações e similares para os Estados precisam ser atrelados a uma política de desenvolvimento estadual intergovernos futuros bem clara, factível, social e economicamente realizável, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelos TCEs. Conhecida e passível de ser antecipada em âmbito nacional pelo Tesouro Nacional e com aval deste para captações internacionais, quando necessário.



■ Istvan Karoly Kasznar, professor, é coordenador-geral do Programa de Estudo dos Estados e Municípios da Fundação Getúlio Vargas